

Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018, Pág. 169-186.

A PRODUÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO SOFRIMENTO EM UMA OCUPAÇÃO URBANA

THE SOCIO-POLITICAL PRODUCTION OF SUFFERING IN AN URBAN OCCUPATION

Bruno Rudar Teixeira Vasconcelos & Cláudia Regina Brandão Sampaio

RESUMO : A Ocupação Alcir Matos surge no final do ano de 2015, após o poder público municipal promover a remoção involuntária e violenta dos moradores da antiga Cidade das Luzes – ocupação irregular situada no bairro do Tarumã e classificada como APA – Área de Proteção Ambiental, em que moravam aproximadamente 2 mil pessoas. Em condição de total desamparo sociopolítico por parte do poder público, a Ocupação é constituída, em sua maioria, por ex-moradores da Cidade das Luzes. Contando com aproximadamente 40 famílias, a Ocupação é coordenada pela UNMP – União Nacional por Moradia Popular, instituição que trabalha na articulação pelo direito a moradia popular e acesso a políticas públicas, no âmbito dos três poderes, para seus ocupantes. Nossa hipótese é de que essas condições (remoção involuntária e violenta e desamparo social e político) pode provocar processos de sofrimento psíquico (trauma e desamparo) que se traduzem na cena sociopolítica através da alienação e identificação aos discursos hegemônicos que criminalizam, patologizam e marginalizam, colocando esses sujeitos em posições de silenciamento e impedimento da elaboração de perdas e sofrimentos.

Palavras-chave: Ocupação Urbana; Moradia Popular; Sofrimento psíquico; desamparo sociopolítico.

ABSTRACT: The Alcir Matos Occupation started at the end 2015, after the Manaus municipal authority promoted the involuntary and violent removal of the inhabitants of the old Cidade do Luzes [City of Lights] – an irregular occupation located in the neighbourhood of Tarumã and on land classified as Área de Proteção Ambiental (APA) [Area of Environmental Protection] – where approximately two thousand people lived. In a condition of total socio-political helplessness in the face of the public authority, the Alcir Matos Occupation is mostly made up of ex-residents from the Cidade do Luzes. There are approximately 40 families involved. The Occupation is coordinated by União Nacional por Moradia Popular (UNMP) [National Union for Social Housing], an institution that works to articulate the right to social housing and access to public policies, within the scope of the national Legislative, Executive and Judicial powers, for the occupants. Our hypothesis is that these conditions (involuntary and violent removal and social and political helplessness) can provoke processes of psychic suffering (trauma and helplessness) that translate into the socio-political realm as alienation and identification with hegemonic discourses that criminalize, pathologize and marginalize, placing these subjects in positions of silence and preventing the expression of their losses and suffering.

Key words: Urban Occupation; Social Housing; Psychic suffering; socio-political helplessness.

INTRODUÇÃO

A remoção territorial involuntária de uma comunidade pode desencadear em seus membros, de forma coletiva ou individual, processos de sofrimento nas dimensões subjetivas e sociopolíticas e, como consequência, a criação de condições que impossibilitem a elaboração de perdas e sofrimentos, que teriam como efeito de sintoma a alienação desses sujeitos frente aos discursos e práticas hegemônicas que individualizam, patologizam e/ou criminalizam e excluem.

Este artigo é um recorte teórico de uma pesquisa em andamento que integra clínica interventiva orientada pela psicanálise, psicologia social comunitária crítica e outras ciências humanas abordando a temática da exclusão social e violência. O projeto em sua totalidade inclui, além do arcabouço teórico objeto do presente texto, uma dimensão empírica que abarca visitas, encontros e acompanhamentos junto a um grupo de famílias e pessoas que sofreram remoção involuntária de território e que hoje ocupam um prédio do poder público federal na cidade de Manaus-AM. Nos referimos, aqui, a moradores da antiga Comunidade Cidade das Luzes e que hoje compõem, em sua maioria, a ocupação Alcir Matos. Tal recorte consiste em apresentar um breve histórico da Ocupação e, em seguida, uma discussão da problemática que envolve território, direito à moradia, modos de subjetivação e a dimensão sociopolítica do sofrimento.

Da Cidade das Luzes à Ocupação Alcir Matos

Um aspecto que marca a história da Ocupação Alcir Matos é a ausência de registros dados oficiais de domínio público e produções científicas: a historicização feita aqui tem como fonte jornais e mídias eletrônicas de sites de notícias.

A comunidade Cidade das Luzes surgiu entre o fim de 2014 e início de 2015 e ficava localizada no ramal Anaconda, bairro Tarumã, zona oeste de Manaus. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), a área ocupada irregularmente era considerada Área de Proteção Ambiental (APA).

No mês de outubro de 2015, manifestantes representando ocupantes da Cidade das Luzes e de outras comunidades, interditaram uma avenida na cidade. No caso da Cidade das Luzes, os manifestantes protestavam por ação do poder público para realização de obras de infraestrutura no local. A resposta da Casa Civil do Estado, segundo site de notícias (<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/10/governo-do-am-descarta-apoiar-grupo-de-invasores-de-terras-apos-protesto>) foi, no caso da primeira, a de que havia solicitação da Polícia Federal de que o Estado se abstinhasse de realizar qualquer investimento em infraestrutura a fim de evitar maiores danos ao meio ambiente da região do Tarumã. Nesta mesma matéria, manifestantes foram ouvidos e disseram que a Polícia Militar iria constantemente ao local para retirar famílias.

Em 2015, após mobilização nas ruas da comunidade solicitando ao poder público por obras de infraestrutura no local, este se absteve sob a justificativa de evitar maiores danos ao meio ambiente da região do Tarumã. Desde o início da ocupação há relatos de que a polícia estava retirando, de forma involuntária, famílias do lugar.

Ainda no mesmo ano, foi deflagrada uma operação policial que constatou crimes ambientais, além de extorsão e tráfico de drogas ao longo dos 61.000 hectares da

Cidade das Luzes. Segundo a polícia, havia vendas ilegais de terrenos, cobrança de taxas para acesso a serviços básicos. Além disso, relatou-se também que, quando lideranças eram presas, era feita cota de R\$ 30,00 por morador para o pagamento de advogados. A operação apontou a suposta existência de organização criminosa comandando o local, sendo as duas, respectivamente, a “invasão” e a outra, o tráfico.

Em novembro, uma operação de reintegração (que contava com cerca de 700 policiais) foi suspensa pela justiça; segundo a Defensoria Pública do Estado (DPE-AM), o município não havia apresentado plano de desocupação para as famílias. Nessa ocasião, a Defensoria também suspeitava de interesses particulares na ação ajuizada. Do lado do município, além da degradação ambiental, alegava-se que o crime organizado estaria atuando no local. Na ação sustada pela justiça, houve, segundo as notícias, o confronto entre PM's e moradores do local.

No dia 11 de dezembro de 2015 a polícia realizou, a partir de Ação Civil – sob alegação de degradação ambiental – promovida pela prefeitura de Manaus, a remoção das famílias da Cidade das Luzes. No entanto, de acordo com jornais, juntamente à suspeita da Defensoria Pública, a área também é reivindicada por um empresário a fim de realizar investimentos no local.

Ainda de acordo com notícias veiculadas nos principais jornais da capital, houve confronto no local entre ocupantes e policiais; há relatos e registros de confronto entre policiais e ocupantes; um morador chegou a atear fogo no próprio corpo e morreu no mesmo dia, no hospital, devido as queimaduras; outros relataram ação truculenta da polícia e impedimento de acesso para retirada de pertences. Dias antes, a DPE-AM informou a existência de falhas na tramitação da Ação Civil, como ignorar o posicionamento do DPE, além não preservar direitos legais dos ocupantes. Um defensor público chegou a afirmar existir irresponsabilidade e discriminação por parte do Estado, que estaria tratando os ocupantes como “criminosos”.

Semanas antes, um levantamento parcial realizado pela Cáritas Arquidiocesana de Manaus apontou que 1.900 famílias (cerca de 8 mil pessoas) viviam na área antes de desocupação. Nossa busca por informações não encontrou qualquer levantamento sociodemográfico feito pela prefeitura ou governo do Estado sobre as famílias que ocupavam a área (procedimento essencial para o planejamento de políticas públicas), o que confirma a opinião do defensor público.

Em abril de 2016, a DPE-AM denunciou o descaso do poder público com as famílias, considerando que o processo que ocasionou a retirada foi sumário e violou processos legais e, ainda, que a situação na qual vivem as famílias, dentre as quais uma parte ocupa o antigo prédio da Receita Federal, no centro de Manaus, pode ser considerada grave violação dos direitos humanos. Nessa época, a Defensoria destacou a necessidade em se denunciar tal situação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que poderia gerar punições ao Estado pelas infrações. Não encontramos informações na internet sobre a repercussão dessa denúncia, ou mesmo se ela foi efetivada. Também não vimos mais nenhuma manifestação pública do DPE-AM sobre os ocupantes até o ano o presente trabalho.

As notícias achadas a respeito do que aconteceu com a área desocupada citavam novas ocupações, principalmente por índios, vendas ilegais de lotes de terras; notícia veiculada em fevereiro de 2017 informava a transformação da área em um parque municipal.

Sobre as famílias retiradas da Cidade das Luzes, as notícias que informam a ocupação do antigo prédio do Ministério da Fazenda, no centro da cidade,

datam de janeiro de 2016, não completados um mês da desocupação. Pessoas e ambulantes que circulam e atuam nas imediações da nova ocupação foram entrevistadas e informaram medo e insegurança, criticando até o estado de organização e mobilização política dos ocupantes, confundindo isso com “tirar vantagem”. Além do antigo prédio do Ministério, o local onde ficava a antiga Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Amazonas, também foi ocupado permanecendo assim até a realização desta pesquisa.

No segundo caso, notícias relatam maior queixa da vizinhança: reclamam da falta de higiene e que os ocupantes são mau caráter e ameaçando a quem, sendo de fora, prestar reclamação.

Migração, remoção involuntária e deslocamentos

No final do século XIX e início do XX, o tema da migração não era importante para a sociologia. Nesse tempo, era vista como consequência dos avanços do capitalismo, principalmente através da industrialização e urbanização (SASAKI E ASSIS, 2000). É ao longo do século XX, a partir dos crescentes deslocamentos populacionais da Europa para os Estados Unidos, que a migração passa a ser um problema, principalmente devido a preocupação da constituição da sociedade com a presença de imigrantes. Destaca-se, nesse momento, a Escola de Chicago, com foco na compreensão dos processos de aculturação e assimilação, mas não reconhecia os processos de colonialismo e imperialismo em jogo (SASAKI; ASSIS, 2000).

Posteriormente, abordagens econômicas sobre as migrações foram produzidas. Essas teorias buscavam as causas dos movimentos migratórios a partir de condicionantes econômicos (como o custo/benefício para o migrante). Os autores dessa abordagem, no entanto, “não consideravam a ação econômica socialmente orientada” (SASAKI E ASSIS, 2000, p. 6).

O cenário mundial depois da II Guerra vem mostrando a organização do capitalismo através da dispersão, do deslocamento espacial e flexibilização no mercado de trabalho e consumo. É diante desse quadro que os estudos sobre migração se complexificam e a ideia das *redes sociais* passam a fazer parte das pesquisas. Grosso modo, a partir da compreensão das *redes*, aspectos relacionais e vínculos do sujeito passam a ser consideradas.

Para Cunha (2005), a questão migratória no Brasil não se resume mais aos conhecidos e bastante estudados deslocamentos rural-urbano; cada vez mais comuns e reconhecidas, as migrações inter-regional, intra-regional, internacional, assim como as mobilidades pendular e sazonal vêm sendo configuradas como processos distintos e atravessados por dimensões econômicas, sociais e políticas, a nível local e global (p. 3). Baeninger (2012), ao analisar os movimentos migratórios no Brasil, verifica que

(...) os movimentos migratórios internos no Brasil, dos últimos 60 anos, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional, e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país ao longo desse período (p. 77, 78).

Como vimos, migração pode se referir aos variados tipos de deslocamento de pessoas. Porém, Hazeu (2015) chama a atenção para os questionamentos acerca da utilização do termo *migração* (CYNTHIA MARTINS, 2012; ROGÉRIO ALMEIDA, 1977; CUNHA, 2011 apud HAZEU, 2015). Esses autores optam pela utilização dos termos *deslocamento* ou *mobilidade*, os quais apresentariam terminologia mais abrangente e uma visão mais complexa acerca das movimentações da população no espaço, permitindo melhor compreensão das características, condicionantes e consequências que afetam a sua dinâmica nos vários níveis socioespaciais (p. 34) (talvez seja por essa razão que, durante nossas pesquisas, não encontramos trabalhos que relacionassem o termo *migração* à desocupação de terras). Nesse contexto, questões como relações de poder e os modos de produção capitalista podem ser relacionados aos movimentos de deslocamento.

Para Feldman-Bianco (2015) são inseparáveis as discussões sobre deslocamentos, racialização, colonialismo, capitalismo e suas estruturas de promoção e manutenção da desigualdade (p. 20). A autora também refere a lógica de exclusão social promovida por políticas que priorizam a securitização e criminalização que, ancorada em uma racionalidade tecnocrata e na produção de categorias sociais cria, assim, “contingentes de despossuídos” (p. 21).

À medida em que projetos de urbanização e modernização foram sendo inseridos nos planejamentos das cidades, foi aumentando a necessidade da redistribuição espacial de contingentes populacionais. Para a consecução desses, o poder público realiza os reassentamentos involuntários (RI) e que “alteraram grandes parcelas das comunidades” (CASTRO, 2016, p. 426). Esse autor também refere que são poucos os estudos que avaliam os mecanismos e a repercussão dos RI nas populações envolvidas.

Historicamente, o crescimento das cidades brasileiras se deu em custo da negação do direito à habitação, segregação social e espacial. Podemos apontar como sintoma disso as favelas e loteamentos irregulares, normalmente situados na periferia urbana ou em áreas de risco. (GONDIM, 2012). Essa autora aponta, ainda, que a questão da moradia nos grandes centros urbanos é expressiva a partir da década de 60 e 70, com a criação dos conjuntos habitacionais, o que não assegurou aos pobres moradias dignas. Assim, com a abertura política, uma das pautas dos movimentos sociais era a reivindicação da posse da terra e melhoria das condições habitacionais das favelas e periferias (idem).

Segundo Gondim (2012) “a questão fundiária está por trás da insustentabilidade ambiental e da falta de equidade que caracterizam o uso e a ocupação do solo nas cidades brasileiras” (p. 117). Particularmente no Brasil e em outros países da América Latina, a dificuldade de acesso à terra pode ser considerada um dos grandes problemas da habitação da população de baixa renda. Essa dificuldade, segundo a autora, levaria à ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis. Mesmo com a implementação de diversas políticas habitacionais, estas “(...) têm sido incapazes de deter o crescimento de assentamentos informais com precárias condições de habitabilidade” (p. 118).

A origem desse insucesso, para Gondim (2012), estaria relacionada a tendência de valorização do solo, tornando os preços proibitivos para famílias de baixa renda. A tendência de alta do mercado imobiliário decorre de dois fatores: a primeira relacionada ao solo enquanto bem econômico, o que o torna cada vez mais escasso a medida que as cidades crescem; o segundo fator, que seria específico a países com

industrialização tardia, “trata-se da concepção de propriedade imobiliária como principal forma de ‘poupança’ ou ‘investimento’” (p. 119). A garantia à propriedade privada inviolável, seria “(...) garantia contra a instabilidade econômica e a precariedade dos programas de seguridade social” (FURTADO; JORGENSEN, 2006 apud GONDIM, 2012, p. 119).

Como resultado desse insucesso, em cidades latino-americanas, a infraestrutura, os serviços e equipamentos urbanos concentram-se nos centros e bairros periféricos, e de forma escassa nas periferias. Essa proporção não é aleatória, conforme aponta Gondim (2012) referindo que, desde os anos 80, estudos mostram que as áreas que recebem os maiores benefícios são as que concentram o poder econômico e político e que satisfazem as premissas do mercado financeiro; já as outras, localizadas nas periferias, concentram os loteamentos irregulares, assentamentos, população de baixa renda, etc. Dessa forma, “a valorização da terra nas cidades (...) tem estreita relação com a renda dos compradores e a relativa escassez das localizações preferidas” (GONDIM, 2012, p. 120).

Dados do Censo de 2010 mostram que a quantidade de brasileiros vivendo em aglomerados subnormais¹ “passou de 6,5 milhões no ano 2000 para 11,4 milhões em 2010” (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2016, p. 77). São moradias marcadas por falta de infraestrutura, construções fora dos padrões de salubridade e, muitas vezes, sujeitas a riscos ambientais. Isso mostra o quanto “o processo de urbanização de diversas capitais brasileiras ocorreu sem que regras rígidas de planejamento fossem aplicadas” (CASTRO, 2016, p. 426).

A Fundação João Pinheiro, do governo de Minas Gerais, há anos realiza estudos sobre o déficit habitacional brasileiro. A última, que levanta dados até o ano de 2015, mostra que o estado do Amazonas possui o segundo maior déficit habitacional relativo em relação ao número de moradias vagas com potencial de ocupação²

Lendo o trabalho de Gondim (2012) vemos que antes da entrada em cena das questões ambientais determinando projetos de urbanização e habitação, a partir dos anos 70, o problema habitacional Brasil era “marcado pela dicotomia urbanização *versus* remoção de favelas” (p. 121). Como alternativa, defendia-se a urbanização das favelas. Nos anos 80, com o fracasso das políticas de remoção e o pouco implemento de políticas habitacionais nas favelas (impulsionando a favelização) fizeram com que, acompanhado da abertura política e maior participação política dos movimentos sociais, fosse dada “(...) ênfase nos direitos de cidadania e na função social da propriedade urbana, consagrados na Constituição Federal de 1988” (p. 121). Mesmo com os avanços, nas últimas décadas, nas políticas de redistribuição e justiça social, estas têm se mostrado insuficientes, restando aos pobres as “(...) periferias ou as áreas impróprias para a ocupação, inclusive aquelas declaradas como de proteção ambiental” (GONDIM, 2012, p. 121). Sendo assim, os processos de urbanização e redistribuição espacial da população são atravessados pela forte mobilidade populacional e situados nos diferentes momentos econômicos, sociais e políticos experimentados pelo país (Baeninger, 2012).

1 aglomerado subnormal abarca favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros

² Disponível em <https://aosfatos.org/noticias/o-deficit-habitacional-no-brasil-em-4-graficos/>

Deslocamentos populacionais, território e exclusão social

No item anterior, ao relacionar os deslocamentos populacionais ao planejamento e desenvolvimento urbano, vimos que essas têm impacto direto sobre as camadas menos favorecidas da sociedade, o que torna “(...) difícil falar de pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social” (GONÇALVES, 2001, p. 173). Uma das questões que merece compreensão dentro desse escopo, é a relação entre essas populações e o território.

Enquanto organização geográfica, o território

Responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo (ALMEIDA, 2012, p. 147).

Nessa acepção, nos importa principalmente a segunda, ou o que podemos chamar de território simbólico: aquele “(...) onde se produzem significados, trocas afetivas, formas de viver, enfim um lugar de pertencimento” (SOARES E WARPECHOWSKI, 2012, p. 167).

Ao refletir sobre pessoas que passam por deslocamentos migratórios forçados, Rosa, Berta, Carignato et al (2009) referem que esses processos ganham contornos próprios nos diferentes tipos de deslocamento. Estes autores também afirmam que

A migração territorial é processo que mobiliza e enlaça motivações sociais, políticas, econômicas e subjetivas – a relação com a nova terra e os novos laços terão as marcas desses processos. Essa condição tem a potência de relativizar toda relação fixa do sujeito com o poder de modo que o olhar do exilado, migrante ou refugiado pode, por sua exterioridade, ser perturbador para a cidade, gerando hostilidades e violências. Também pode assim abalar a identidade do sujeito, tomada aqui como a ficção de si mesmo (online).

Em nossa pesquisa não trabalharemos com migrantes ou refugiados. Ainda sim, enquanto processo, podemos aproximá-la com o que aconteceu com as famílias que hoje compõem a ocupação Alcir Matos: a forma violenta com que se deu a remoção do território, o descaso dos agentes do Estado, a estigmatização promovida pela opinião pública, assim como a mobilização social e política que culminou com a ocupação, tiveram força de relativizar as relações de poder e de abalar as identidades dos sujeitos.

Na perspectiva de compreender os processos de territorialização/desterritorialização também em suas dimensões simbólicas, Haesbaert (2007) propõe como alternativa o termo *multiterritorialidade* para se referir à dialética nesse processo: “o que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade (...)” (p. 20). E segue o autor dizendo “(...) por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização (...) que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o ‘controle’ e/ou a ‘segurança’ sobre/em seus territórios são os mais destituídos (...)” (p. 20). Dessa forma, Haesbaert irá aproximar a complexidade desse processo às relações de poder, incorporando as dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Algumas notas sobre política e psicanálise

Ao articular psicanálise e política, Goldenberg (2006) lembra que Freud nunca tomou a política como objeto de seus estudos. Ao resgatar o famoso dito freudiano das três atividades impossíveis “educar, curar e governar” esse autor refere que Freud se importava muito mais com a dimensão do “fazer” da política, e que o “impossível” desse ofício (assim como dos outros dois citados) indicaria, ao invés da impotência, sua condição de possibilidade no campo das escolhas e das liberdades humanas. O “impossível” teria o sentido de marcar uma diferença entre o campo de ideias e práticas que visariam o alcance de um ponto definitivo e preciso daquelas nas quais, paradoxalmente, os objetivos não são alcançados e ao mesmo tempo não são perdidos de vista. Para esse autor, o primeiro “pode ser a causa da vertigem que nos leva a procurar a mão do Salvador da Pátria, ou à aspiração positivista de uma previsão exata do nosso destino” (p. 8).

Apesar de manter reserva acerca da política propriamente dita, ao longo de vários textos importantes de Freud, é possível verificar sua preocupação com as questões políticas de sua época. Textos como *O mal-estar na cultura*, *Totem e tabu*, *Moisés e a religião monoteísta* e *Psicologia das massas e análise do eu*, atestam o quanto Freud preocupou-se com as questões de seu tempo para pensar a relação complexa entre individual e coletivo, relação esta que constitui o problema central da ação política. Pode-se dizer que uma das constatações que podemos fazer a partir de Freud, é de que o que nos constitui como seres humanos, a saber, a relação com outros homens (o que implica a política) é também causa de sofrimento. Assim, pensamos que é na cena política que o inconsciente *encena*, ou, como Rosa (2016) constata: “(...) a outra cena das questões clínicas (...) traduz-se na cena política que se insere na trajetória do sujeito, situada em sua história libidinal, familiar, social” (p. 22).

Aqui, não trabalharemos com uma definição específica da palavra política. Preferimos, ao contrário, priorizar os sentidos desta que implicam a ação num espaço de relações com a finalidade de produzir um mundo comum. A ação, atividade política por excelência, é “a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria” (ARENDRT apud CORREIA, 2010, p. XXX). E o espaço em que essa ação ganha sentido e realidade é no domínio público, que sempre demanda a presença de outros.

Discurso, ideologia e inconsciente

Para Althusser (1970), a partir de Marx, passou-se a reconhecer que “não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção” (p. 13).

Durante séculos, o modo de produção capitalista vem se reproduzindo mundialmente. Apoiado em seus discursos, o capitalismo “coloca, muitas vezes, os sujeitos em lugares que fundamentalmente são de opressão, porque tolem as margens de liberdade possíveis ao sujeito, bem como limitam sua possibilidade de se indispor ao sistema (...)” (LARA JUNIOR; JARDIM, 2014.). Vários são os condicionantes que permitem a reprodução do capitalismo. No nosso caso, tentaremos por em destaque sua dimensão enquanto *discurso*, suas tramas ideológicas e suas relações com o inconsciente.

O enfoque assumido pelas tendências nos estudos da linguagem a partir do século XX passaram a se voltar para os sentidos e as funções desta. A partir disso, “a linguagem se torna um instrumento de representação da realidade, que estrutura determinada cultura e constitui a vida humana” (LARA JUNIOR; JARDIM, 2014, p. 37). Enquanto discurso, a linguagem deixa de ser “neutra” ou simples instrumento de interação e laço social, e passa a ser analisada também como algo que se vincula à vida social e seus modos de produção/reprodução, portando, assim, dimensões ideológicas.

Ao buscar referências no marxismo e na psicanálise, Althusser (1970) expande as análises da ideologia, principalmente a partir da ideia de Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE, designando “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (p. 43). Ao retomar o conceito de ideologia, este autor propõe uma teoria das ideologias *em geral* (e não uma teoria das ideologias particulares). Isso implicaria uma dupla condição da ideologia: imaginária e material. A grosso modo, essa condição permite pensar que só existe prática por meio e sob uma ideologia; e que só existe ideologia através do sujeito e para os sujeitos (Althusser, 1970).

Uma das fórmulas desse autor para explicar as relações entre sujeito e ideologia é a de que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos” (ALTHUSSER, 1970, p. 99). Não iremos, aqui, expor os argumentos desse autor para se chegar a essa tese. Para nós, resta compreender que, nessa perspectiva,

A interpelação produz assujeitamento e isso ocorre em qualquer época histórica, em quaisquer que sejam as condições de produção, pois resulta da inscrição do sujeito no simbólico e, ao mesmo tempo, produz como resultado que esse sujeito, afetado pelo simbólico, expresse a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer. (MAGALHAES; MARIANI, 2010, p. 392).

Pêcheux (1996) ressalta um traço comum entre ideologia e inconsciente, “é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades ‘subjetivas’ evidentes, com o ‘subjetivas’ significando, aqui, não ‘que afetam o sujeito’, mas ‘em que o sujeito se constitui’” (p. 148). Assim, a ideologia estabeleceria

inconscientemente formas do sujeito viver em sociedade (imaginário) e posições as quais este deve assumir no laço social (simbólico).

A hegemonia do discurso capitalista “empurra” cada vez mais os sujeitos às suas lógicas de produção/consumo, formulando a crença imaginária de que a única realidade possível é a determinada pelas relações capitalistas, ou como diz Zizek (1996) “ninguém mais considera seriamente as possíveis alternativas ao capitalismo [...] parece mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção [...]” (p. 7).

O inconsciente estruturado como linguagem. A conhecida fórmula lacaniana aponta justamente para a ideia de que o inconsciente se ordena através da linguagem e que o sujeito, por ser sujeito do inconsciente, nasce a partir de seu reconhecimento pelo Outro e pelos outros. O sujeito subjetiva-se e singulariza-se, ao longo de sua história, nos movimentos capturando e sendo capturado, interpelado pelo discurso e seus efeitos.

Como vimos, na perspectiva lacaniana, “os sujeitos ocupam determinadas posições que definem qual lógica de relação que será estabelecida numa relação entre o sujeito, o Outro e os outros” (LARA JUNIOR; JARDIM, 2014, p. 45). No caso do sujeito que vive no capitalismo, a ideologia hegemônica manifesta-se no discurso e oferece significantes que promovem os processos identificatórios dos sujeitos a fim de que estes ocupem posições no laço social.

Os discursos hegemônicos determinam, dessa forma, quais lugares (imaginários e simbólicos) os sujeitos devem ocupar na sociedade a fim de fazer valer a lógica de dominação, culminando em lugares ideológicos que mantêm os sujeitos em determinados lugares e despossuídos de poder e saber. O sujeito, interpelado pela ideologia dominante e colocado em determinadas posições, pode ser afetado, basicamente, de duas formas: acomodando-se ou lutando politicamente a fim de desestruturar as lógicas de exploração e opressão.

Em suma, no discurso capitalista, a ideologia funciona de modo a situar os sujeitos no laço social de acordo com objetivos do capital, convencendo-os de que esse laço é natural e o único possível.

Dimensão sociopolítica do sofrimento e a escuta psicanalítica

Ao pensarmos os processos de territorialização em sua complexidade, incluindo as dimensões apresentadas anteriormente, somos remetidos aos modos de subjetivação próprios do neoliberalismo que, ao desterritorializar/desenraizar sujeitos, pode colocá-los em condição de *desamparo social* (impedimento do acesso efetivo aos dispositivos que organizam a vida social) e vulneráveis a diversas formas de violência, incluindo a *violência simbólica* (que perpetua e submete ao discurso social dominante) (Rosa, 2002). Assim, os deslocamentos forçados/involuntários “(...) atende ao jogo do mercado, no qual os direitos dos cidadãos, por muitas vezes, encontram-se suprimidos” (SOARES; WARPECHOWSKI, 2012, p. 167).

É o que mostra o trabalho de Domingues e Rosa (2014) ao investigar como os militantes do MST vivenciam e enfrentam a violência no cotidiano:

Entre estas dificuldades enfrentadas, destaca-se (...) a violência física (as prisões, as torturas e o risco de morte), a violência psicológica (as ameaças, a criminalização dos que lutam pela terra, associando-os a vagabundos e bandidos), bem como a violência “naturalizada” (do acesso negado aos direitos básicos de saúde, educação e moradia) (p. 115).

A exposição às diversas modalidades de violência, a exclusão social e seu conseqüente desamparo geram também, conforme Rosa (2002), a sensação de desproteção aliada a um *desamparo discursivo*, “caracterizado pela fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação dos valores, ideais, tradições de uma cultura e resguardam o sujeito do real” p. 2). Dessa forma, segundo a autora, o sujeito é exposto ao risco de se confrontar com o traumático, ou aquilo que se situa fora do sentido. E segue a autora: “a exposição traumática é dupla: por um lado, sua ocorrência é facilitada; por outro lado, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de dessubjetivação” (p. 2).

Pensar a respeito dessas pessoas que sofrem pelo desamparo social e discursivo, nos ajuda a compreender e elucidar processos de exclusão e violência, e permite “refletir sobre alguns dos efeitos subjetivos e intersubjetivos da pobreza extrema e da exclusão social, situação em que se encontra expressiva parcela da população brasileira” (Rosa, 2002, p. 3). Para tanto, escolhemos e apostamos na escuta desses sujeitos; uma escuta com vistas a romper as malhas do assujeitamento aos discursos dominantes.

É no campo político, social e cultural que os sujeitos se constituem e, ao mesmo tempo, sofrem a incidência desses campos; a relação do sujeito com as leis, a existência de pactos sociais, os meandros do poder – objetos de estudo da política – também constituem o objeto da psicanálise: o inconsciente traduz-se e situa-se na história libidinal, familiar e social do sujeito, ou seja, “(...) a outra cena das questões clínicas traduz-se na cena política presente na história do sujeito (...)” (ROSA, 2017, p. 22). Tomando o campo social como cena, Rosa (2017) o entende como constituído por discursos que intentam mascarar as inconsistências, contradições e antagonismos da sociedade na tentativa de impor uma ideia de sociedade a ser reproduzida. Aquilo que é estranho a esse modelo deve ser cooptado, excluído ou marginalizado.

Ao fazer referência ao discurso como materialidade do laço social, pensamos este ter seu fundamento na linguagem – campo do simbólico – e que tomam forma em um dado tempo e lugar. Na perspectiva da psicanálise, para Rosa (2017), “os laços sociais remetem à condição constitutiva do homem na linguagem e na cultura. A inserção processa-se simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e também no jogo político” (p. 23). Dessa forma, será o discurso que dará as coordenadas possíveis para cada sujeito se subjetivar.

Esses discursos, ao buscarem naturalizar e igualarem-se ao campo simbólico da cultura e da linguagem, e tornando invisíveis os conflitos e contradições gerados (e que constituem as bases do laço social) serão direcionados para o sujeito, através da individualização, marginalização ou patologização. É nessa medida que o desamparo e exclusão social procuram ser naturalizados, lançando o sujeito, como vimos anteriormente, também ao desamparo discursivo, que se traduz no silenciamento ou em reações que justificam ainda mais os discursos do poder. Neste sentido, Rosa

(2017) coloca como necessário à psicanálise a abordagem dos fenômenos sociais, culturais e políticos e suas incidências no sujeito, especificamente aqueles que são dados na cena do capitalismo e da globalização.

Será apoiada na filosofia e nas ciências sociais que a psicanálise se apropriará do campo político e social:

A clínica psicanalítica e a teoria social podem encontrar afinidades pelas quais ambas sejam beneficiadas. Sem uma perspectiva clara das coordenadas da época, a psicanálise poderia descuidar-se das profundas transformações sociais que tocam os fundamentos da civilização, gerando novos sintomas para os quais a clínica deve dar uma resposta que se distinga dos pressupostos policiais da biopolítica. E sem os conceitos psicanalíticos de inconsciente, pulsão, da lógica do significante e da teoria do gozo, a sociologia corre o risco de extraviar-se nos atoleiros da metafísica (DESSAL, 2017, p. 12).

Neste sentido, caberia à psicanálise desvelar a dimensão inconsciente nas práticas sociais, dando “visibilidade os métodos de controle social, centrados em escamotear tanto os conflitos econômicos e políticos assim como o mal-estar social” (ROSA, 2017, p.23). É nessas bases que se constitui a escuta da dimensão sociopolítica do sofrimento, detectando, intervindo e reconhecendo sua face a fim criar condições de re-situar o sujeito que se encontra nas margens sociais em relação ao seu discurso, assim como “(...) dissolver identidades, desarticular gozo, recuperar memória, repensar o pacto social vigente (...)” (ROSA, 2017, p. 24).

O enredamento nos processos de constituição e destituição do sujeito social pode ser esclarecido tanto na clínica clássica, como pela intervenção no campo dos discursos e historicização dos laços sociais em determinados grupos (Rosa, 2012). É esse segundo caso que nos importa. E isso implica questões metodológicas, armadilhas e impasses (idem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade capitalista é alicerçada pela exploração e alienação de milhões de seres humanos, durante séculos (Viana, 2002). Uma das características do modelo econômico neoliberal, na atual modernidade, além dos avanços tecnocientíficos, é a exclusão, de muitos, do acesso aos bens e às modalidades de gozo próprios a esse modelo e, em alguns casos, o *desamparo social*, referido por Rosa (2002) como o impedimento ao “acesso efetivo dos recursos institucionais organizadores da vida social (saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, etc.)” (p.01). A autora também chama a atenção, ao evocar Bourdieu, para a *violência simbólica*, esta entendida como aquilo que perpetua e mantém os sujeitos submissos ao discurso dominante, legitimando lugares sociais marginais, o que provoca, muitas vezes, o conformismo ou respostas bruscas de violência.

Os fenômenos de exclusão social abrangem grande variedade de questões socioeconômicas e está presente em todos os países, independente de seus níveis de desenvolvimento (ALVINO-BORBA E MATA-LIMA, 2011). A exclusão, assim, “guarda dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas, envolvendo por inteiro

o homem e suas relações com os outros e é parte constitutiva da inclusão” (ROSA, 2002, p. 3), podendo ser vista, nessa concepção, como produto do funcionamento do próprio sistema.

Como fenômenos que resultam em exclusão social temos os “deslocamentos sociais e ecológicos, expulsões, brutalidade e a precariedade da vida humana” (FELDMAN-BIANCO, 2015, p. 20) característicos do mundo globalizado e capitalista no qual vivemos, refletindo, para Feldman-Bianco (2015) a emersão de uma recente lógica de exclusão social que amplia as desigualdades e um contingente de “despossuídos” (p. 20). De forma paralela, segue a autora, predominam ideologias e retóricas baseadas num multiculturalismo ancorado em direitos humanos, produzindo “categorias sociais e políticas (...) criminalização e desumanização da pobreza” (p. 20). Dessa forma, é nessa predominância que estão refletidos as agendas e políticas locais sobre, por exemplo, a questão dos deslocamentos internos, sejam àqueles ligados à remoção de territórios, seja de pessoas consideradas à margem do Estado.

Podemos dizer que este tipo de mobilidade – desapropriação, ocupação – comporta uma dimensão de violência tal como definida por Chauí (1998) apud Domingues e Rosa (2014) como “(...) toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viola interna ou externamente o ser de alguém, que perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural” (p. 117). As pessoas ou grupos que sofrem esse tipo de violência podem ser aquelas das *vidas secas* (Rosa, 2004), ou seja, “pessoas vivendo em situação de miserabilidade, adolescentes em conflito com a lei, pessoas que passam por experiências desenraizantes – imigrantes, migrantes não documentados, refugiados” (p. 2). Sob outra perspectiva, trata-se de pessoas que têm a condição de sujeito interrompida e que são assujeitados a discursos que os empurram ao silêncio e marginalidade.

As coordenadas da clínica psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos apontam para formas de tratamento que levem em conta as dimensões éticas e políticas e que vise a criação de estratégias com vistas a reestabelecer campo mínimo de significantes, referidos ao Outro, para que estes circulem e possa permitir ao sujeito localizar-se e dar valor e sentido ao seu sofrimento podendo, assim, formular saídas singulares e coletivas das malhas da humilhação e exclusão social infligida pelos discursos dominantes.

Assim, pensamos que, para qualquer abordagem com vistas a compreender ou intervir sobre o *mal-estar* nessas condições, a consideração da dimensão sociopolítica do sofrimento faz-se necessária. E é nesse sentido que uma *clínica do trauma*, tal como Nogueira e Rosa (2017) a definem: prática que visa o tratamento de indivíduos marcados pelo silenciamento que vem da fixação no instante traumático promovido pelo trauma (p. 1, **tradução nossa**). Esses autores, ao convocarem essa clínica, referem que modelos de intervenção clínicas não convencionais são necessárias para criar condições de mudanças no campo simbólico, social e político do sujeito afetado pelo trauma. Essa clínica lida com a produção sociopolítica da angústia frente ao impedimento dos processos de luto.

Como possibilidade de enfrentamento e superação dos efeitos da remoção involuntária vivenciada pelos então moradores da Cidade das Luzes, apostamos em uma prática psicanalítica clínico-política (Rosa, 2012), pois essa potencializa a criação de um espaço de escuta no qual as experiências de sofrimento e seus efeitos subjetivos podem encontrar reconhecimento e testemunho em uma dimensão sociopolítica. Tal prática baseia-se em “restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro;

articular o privado ao singular que promove a articulação ao laço social; romper com o discurso violento que se apresenta como simbólico e marcar a supressão de qualquer participação nesse gozo” (ROSA, 2012, p. 29).

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. G. (2012). *Fronteiras sociais e identidades no território do complexo da usina hidrelétrica da Serra da Mesa-Brasil*. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, pp. 145-166. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books.
- Althusser, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Universal Presença; São Paulo: Martins Fontes.
- Alvino-Borba, A.; Mata-Lima, H. (2011). *Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun.
- Araujo, J. N. G; Carreiro, T. (org.). (2001). *Cenários Sociais e Abordagem Clínica*. São Paulo: Escuta. Belo Horizonte, FUMEC.
- Baeninger, R. (2012). *Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil*. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez.
- Barus-Michel, Jaqueline. (2004). *A problemática clínica*. Em _____, *O sujeito Social*. Belo Horizonte: PUC Minas, pg 67-82.
- Castro, R. A. de. (2016). *Os reassentamentos involuntários em programas de urbanização e de saneamento: os casos Promaben, Prosamim e Probacanga*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, set./dez., 8(3), 425-437.
- Correia, A. (2010). *Apresentação à nova edição brasileira*. In: Arendt, H. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cunha, J. M. P. da. (2005). *Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise*. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez.
- Dessal, G. Prefácio. In: Bauman, Z. (2017). *O retorno do pêndulo: sobre psicanálise e o futuro do mundo líquido*. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo, 1.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

- Dionne, H. (2007). *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Trad.: Michel Tiollent. Brasília: Liber Livro Editoria.
- Domingues, E.; Rosa, M. D. (2014). *Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento: a experiência do MST*. Revista Subjetividades, Fortaleza, 14(1): 115-125, abril.
- Feldman-Bianco, B. (2015). *Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado*. Cienc. Cult. vol. 67 n°. 2, São Paulo, Abr/Jun.
- Figueiredo, L. C.; Minerbo, M. (2006). *Pesquisa em Psicanálise: algumas ideias e um exemplo*. Jornal de Psicanálise, São Paulo, 39(70): 257-278, jun.
- Goldenberg, R. D. (2006). *Política e psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., (Passo-a-passo; 71).
- Gonçalves, A. J. (2001). *Migrações internas: evoluções e desafios*. Estudos Avançados 15 (43).
- Gondim, L. M. de P. (2012). *Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental*. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 115-130, Jan./Abr.
- Hazeu, M. T. (2015). *O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações em Barcarena*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico, Úmido, Belém.
- Levy, A. (2001). *Ciências Clínicas e Organizações Sociais: sentido e crise do sentido*. Trad. Eunice Dutra Galery, Maria Emília A. Torres e outros. Belo Horizonte: Autêntica, FUMEC.
- Macedo, M. M.; Falcão, C. N. de B. (2005). *A Escuta na Psicanálise e a Psicanálise da Escuta*. Psychê – Ano IX – n° 15 – São Paulo.
- Magalhaes, B.; Mariani, B. (2010). *Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente*. Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408.
- Nogueira, T. S.; Rosa, M. D. *The Trauma Clinic: A Brief Comment*. J Trauma Treat 6: 376. doi:10.4172/2167-1222.1000376.

- Nunes, C. R. (2010). *Lagoas do Norte – PI: satisfação residencial e significados do reassentamento*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. São Paulo, 2010.
- Pasternak, S.; D’ottaviano, C. (2016). *Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>.
- Rocha, M. L. da. (2003). *Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises*. Psicologia Ciência e Profissão, 23 (4), 64-73.
- Rosa, M. D. (2017). *A psicanálise lacaniana e a dimensão sociopolítica do sofrimento*. In: Jacques Lacan além da clínica. Revista CULT, edição especial nº 8, Editora Bregantini. ISBN 85-89882-19-5.
- _____. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, Fapesp.
- _____; Alencar, S. L.; Carignato, T. T.; Mountian, I. *Apresentação – Desigualdades, deslocamentos: clínica e políticas na imigração e refúgio*. Psicologia USP. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564AD20152602>.
- _____; Berta, S. L.; Carignato, T. T.; Alencar, S. (2009). *A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política*. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 12, n. 3, p. 497-511.
- _____; Domingues, E. (2010). *O Método na Pesquisa Psicanalítica de Fenômenos Sociais e Políticos: a utilização da entrevista e da observação*. Psicologia & Sociedade, 22 (1): pp. 180-188, 2010.
- _____; Poli, M. C. (2009). *Experiência e linguagem como estratégias de resistência*. Psicologia & Sociedade; V. 21 Edição Especial: 5-12.
- _____; Tatit, I. (2012). *Errância e isolamento: as dimensões de desejo e de gozo da solidão*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 446-457.
- Sasaki, E. M.; Assis, G. de O. (2000). *Teorias das migrações internacionais*. XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Caxambu, outubro de 2000. GT de Migração, Sessão 3 – A migração internacional no final do século.

Soares, J. N.; Susin, L.; Warpechowski, M. B. (2012). *Intervenções clínicas em contextos de exclusão: reassentamento, um lugar a construir*. Rev. Assoc. Psicanal. Porto Alegre, Porto Alegre, n. 41-42, p. 164-172.

Pecheux, M. (1996). *O mecanismo do (des)conhecimento ideológico*. In: Um mapa da ideologia / Theodor W. Adorno... [et. Al.]; organização Slavoj Zizek ; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto.

Viana, N. (2012). *Universo psíquico e reprodução do capital*. In: QUINET, A; PEIXTO, M. A.; Viana, N.; Lima, R. *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Edições Germinal, Goiania – Goiás.

Zizek, S. (1996). *O espectro da ideologia*. In: Um mapa da ideologia / Theodor W. Adorno... [et. Al.]; organização Slavoj Zizek ; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto.

<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/lotes-sao-comercializados-onde-ficava-a-invasao-cidade-das-luzes>

<http://www.acritica.com/galleries/invasao-cidade-das-luzes-comeca-a-ser-desocupada-em-manaus>

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/12/nao-tenho-para-onde-ir-diz-morador-da-cidade-das-luzes-em-manaus.html>

<http://www.portaldomarcossantos.com.br/2015/11/24/trapalhada-na-cidade-das-luzes-contribuiu-mais-para-as-invasoes-de-terras-em-manaus-que-irma-helena-e-raimundo-socorro-juntos/>

<http://www.amazonianarede.com.br/presos-suspeitos-de-comandar-milicia-na-cidade-das-luzes/>

<http://amazonia.org.br/2015/07/financiada-pelo-trafficoinvasao-denominada-cidade-das-luzes-cresce-e-avanca-sobre-a-floresta/>

<http://www.tempodenoticia.com.br/arcebispo-de-manaus-visita-familias-na-ocupacao-cidade-das-luzes/>

<http://www.portaldomovimentopopular.com.br/municipios/cidade-das-luzes-truculencia-de-artur-neto-incendeia-corpo-humano/>

<http://www.emtempo.com.br/tags/cidade-das-luzes/>

<http://amazonasatual.com.br/dpe-vai-denunciar-descaso-com-familias-retiradas-da-cidade-das-luzes/>

<http://wikimapia.org/33437879/pt/Comunidade-Cidade-das-Luzes-Anaconda>

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/10/governo-do-am-descarta-apoiar-grupo-de-invasores-de-terras-apos-protesto>

<http://www.cauam.org.br/?p=8729>

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/11/justica-suspende-reintegracao-na-cidade-das-luzes-no-am-diz-dpe>

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/12/policia-faz-remocao-de-familias-na-z-oeste-de-manaus>

<http://g1.com/am/amazonas/noticia/2015/12/defensoria-relata-falha-em-acao-para-remocao-de-familias-de-invasao-no-am>

<http://www.emtempo.com.br/ministro-do-meio-ambiente-garante-apoio-para-criacao-do-parque-municipal-taruma/>

<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/lotas-sao-comercializados-onde-ficava-a-invasao-cidade-das-luzes>

<http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/familias-invadem-antigo-predio-do-ministerio-da-fazenda-no-centro-de-manaus>

<http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/grupos-retirados-da-invasao-cidade-das-luzes-invadem-predios-no-centro>

Recebido em 5/10/2018.

Aceito: 5/12/2018.

Sobre os autores e contato

Bruno Rudar Teixeira Vasconcelos - Psicólogo, pós-graduando do Mestrado em Psicologia da UFAM, Pesquisador do Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS.

E-mail:brunorudar@gmail.com

Cláudia Regina Brandão Sampaio - Doutora em Saúde Pública, Psicóloga, Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFAM, Coordenadora do Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS.

E-mail:claudiasampaioufam@hotmail.com